ANC 88
Pasta 25 a 28
fev/87
036

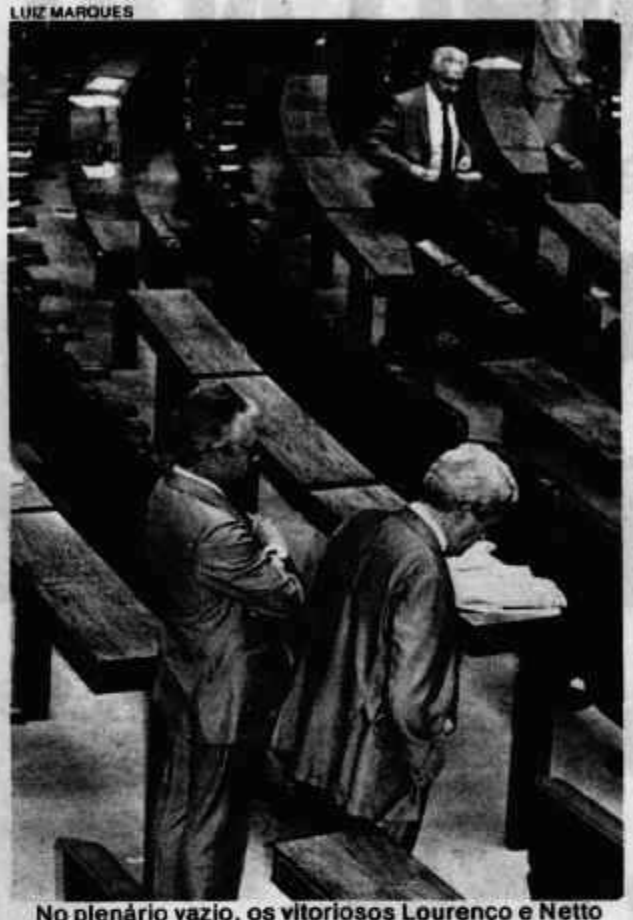
PMDB sofre derrota: regimento não é votado

O regimento da Assembléia Nacional Constituinte somente será votado após o Carnaval. A polêmica questão da soberania dividiu o próprio PMDB que, sem um acordo com o PFL e o PDS, não conseguiu número suficiente para colocar em votação, ontem, o substitutivo do relator Fernando Henrique Cardoso. Numa sessão tumultuada, marcada por protestos, as bancadas do PFL, PDS e PTB se retiraram do plenário. O PMDB, com o apoio dos outros partidos como o PT, PDT e PCs tentou votar o regimento, mas não conseguiu. Após o encerramento da sessão, às 21 horas, as lideranças do PMDB admitiram que sem um prévio acordo interno e com o PFL não será possível aprovar o regimento.

Após quatro horas de debates entusiasmados, o clima era de votação do regimento e aprovação do parágrafo 7º do artigo 57 que dispõe sobre a soberania da Constituinte, mas ninguém sabia com certeza se haveria quorum. Para testar a sua força, o PMDB pediu que fosse feita a verificação de quorum com a chamada nominal dos constituintes. Constatou-se a presença em plenário de apenas 283 parlamentares. Vários constituintes do PMDB não estavam presentes e todos os do PFL haviam se retirado.

Para a votação do regimento, seriam necessários, no mínimo, 280 votos favoráveis. Constatando que não dispunha deste cacife, o líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, foi obrigado a fazer uma manobra. Ele encaminhou à mesa um requerimento para votar em preferência o primeiro substitutivo apresentado pelo relator, que não era o projeto em discussão. O líder do PTB, Gastone Righi pediu verificação de votação na tentativa de continuar obstruindo. Quando percebeu a manobra do PMDB, voltou atrás, mas o líder do PC do B, Haroldo Lima, também pediu a verificação.

LUIZ MARQUES



No plenário vazio, os vitoriosos Lourenço e Netto

Iniciada a votação, com a chamada nominal dos parlamentares, as bancadas do PMDB e dos pequenos partidos, favoráveis à soberania saíram do plenário para que não desse quorum e, assim, a votação fosse adiada. "Foi uma manobra sem vergonha do PMDB porque percebeu que não tinha 280 votos", criticou o líder do PDS, Amaral Netto. Uma nova sessão ordinária foi convocada para hoje, às 14 horas, mas nesta sessão não será votado o regimento. As tentativas de acordo entre os partidos continuarão, mas não será possível mais votá-lo antes do Carnaval.

PRESSÕES

O PMDB contava que com o apoio dos partidos de esquerda poderia enfrentar o PFL e o PDS. Achava ainda, que os moderados do PMDB que estavam contra a proposta de soberania não seriam muitos. Acabou constatando que a avaliação estava errada. Além disso, os progressistas do PMDB tiveram que enfrentar pressões de todos os lados. Uma delas, vinha do próprio Palácio do Planalto, que não concorda com a tese da soberania.

Const/87

A denúncia de pressão do Palácio do Planalto foi feita em plenário pelo senador Fábio Lucena, do PMDB. Antes do início da verificação de quorum ele pediu a palavra e acusou de "sabotador" o líder do Governo, Carlos Sant'Anna. Segundo Fábio Lucena, enquanto o senador Fernando Henrique Cardoso apresentava o seu relatório, o líder do Governo dizia aos deputados e senadores que se fossem amigos do presidente Sarney, deixassem o plenário.

Antes disso, o deputado Carlos Sant'Anna viu sua liderança contestada em plenário pelos progressistas. Argumentando que não havia acordo entre os partidos, solicitou ao presidente o adiamento da votação. O deputado Ulysses Guimarães rejeitou o pedido argumentando que o regimento não permitia. A decisão de Ulysses Guimarães foi recebida por aplausos calorosos.

No confronto com o PFL, o PMDB deu demonstrações de que tinha medo de enfrentar a disputa quando o presidente Ulysses Guimarães rejeitou o recurso apresentado pelo líder do PTB, Gastone Righi. O deputado não concordou com o processo de votação dos destaques e emendas ao substitutivo. Ulysses Guimarães nem sequer colocou para votação do plenário o recurso apresentado. Com isso, o líder do PTB protestou, retirando-se do plenário e seguido pelas bancadas do PFL e PDS.

PFL se retira. É a morte da Aliança

O que restava da Aliança Democrática acabou ontem na sessão da Assembléia Nacional Constituinte convocada para votar o regimento interno. O racha entre o PMDB e o PFL se deu em meio a grande tumulto, quando, precipitadamente, na opinião de diversos parlamentares, a bancada pefelista se retirou do plenário. Era um protesto contra a determinação do presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, de exigir maioria absoluta, 280 votos, para supressão das matérias votadas em destaque.

Tudo começou com o líder do PTB, Gastone Righi, questionando a decisão do presidente da Constituinte. Ele explicava que a praxe era a exigência da maioria absoluta para a manutenção do destaque e não para sua supressão. Ao denunciar o que chamou de "equívoco", disse que contava com apoio do PFL e do PDS para que a questão fosse decidida pelo plenário. Ulysses recusou, declarou sob aplausos entusiasmados que "a Casa quer é votar sim ou não" e reafirmou que "se tiver 279 votos, o substitutivo estará rejeitado.

O relator do projeto de resolução nº 2, que dispõe sobre o regimento, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), já estava na tribuna para encaminhar a votação. Começava a falar e era interrompido por Gastone Rghi, protestando contra o que considerava "uma arbitrariedade que jamais sofri em minha vida". E foi em meio ao tumulto que surgiu a voz do líder do PFL, José Lourenço, levantando questão de ordem. Ulysses então, lembrou que havia um orador na tribuna e deu o que se tranformaria no golpe mortal na Aliança, ao frisar que "é com votos que se resolverão os assuntos".

Fernando Henrique, na tribuna, prosseguia seu discurso, explicando as alterações do projeto. Foi quando justificou a negativa à proposta do PFL pela criação de uma comissão para discutir apenas disposições finais e transitórias. "Ao contrário do que pensam alguns do PFL, não é o PMDB que está querendo pôr em causa a todo instante a duração do mandato do presidente da República, e se criássemos uma comissão para as disposições transitórias, apenas criaríamos um foro para debater essa questão", frisou.

— Quero afirmar aqui, como relator desta matéria, não esquecendo de que sou líder do PMDB no Senado e, portanto, partido do Governo, que não nos passa pela cabeça — e não nos passaria — de faltar com o apoio político que o presidente do República sempre teve e continuará tendo.

Secretário da mesa, o deputado paulista Arnaldo Faria de Sá talvez fosse o único petebista presente quando a deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) foi à tribuna fazer pouco caso da retirada do partido dele e do PFL. "E melhor que esse pessoal que saiu não volte até que promulguemos a Carta Constituicional", disse, arrancando mais aplausos de um plenário que logo depois se surpreenderia com a declaração de indecisão de Del Bosco Amaral (PMDB/SP). Ele disse que havia permanecido mas não sabia se votaria a favor do substitutivo.

E foi para indecisos como ele que falou em seguida o líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, pedindo pressa na votação do projeto. E para negar uma aliança com o PFL, o líder do PDS, Amaral Netto, o sucedeu ao microfone: "Não estamos a reboque do PFL e nem o PFL está a nosso reboque".

De manhã, sessão à espera de acordo

O filósofo Kant, o político inglês Winston Churchill, o imperador Pedro II e até o ministro Paulo Brossard foram citados, ontem de manhã, para que 18 parlamentares sem muito o que dizer cumprissem o rito: das 10h30 às 12h40, realizou-se a sétima e última sessão de discussão do regimento interno da Constituinte, conforme exigido pelas normas preliminares da Assembléia.

O presidente Ulysses Guimarães mal abriu a sessão, anunciando a presença de 391 constituintes, passousou a direção dos trabalhos ao senador Mauro Benevides, para dedicar-se em seu gabinete às negociações que se desenrolavam numa última tentativa de acordo entre o PMDB e o PFL a respeito do parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo do relator Fernando Henrique Cardoso, que trata da soberania da Constituinte.

LUIZ MARQUES

Parlamentares preferem jornal a ouvir discursos

O primeiro a falar e o primeiro a fazer citação foi o deputado Joaquim Bevilacqua, do PTB paulista, para informar que votaria contra a proposta de regimento. "Porque não é bom", explicou, recorrendo a uma frase do ministro da Justiça. Citou também Kant em socorro de sua posição: "Em matérias de alta relevância, o que é adjetivo passa a ser substantivo". Ou seja, o regimento, embora não seja a nova Constituição, é fundamental para sua boa elaboração.

Deixando seu gabinete, junto com o senador Fernando Henrique Cardoso, o presidente Ulysses Guimarães informava que não fora possível obter acordo com o PFL. "A questão do parágrafo 7º vai se resolver pelo voto", disse.

Namoro em plenário

FOTOS: LUIZ MARQUES

Rita e Gerson Camata acompanham os discursos. Irapuan Costa Jr. ensina Lúcia Vânia a votar

1 Soberania ou negociação

CRISTINA TAVARES *

Os ataques que a Assembléia Constituinte vem recebendo de uma determinada imprensa — cujos privilégios podem ser revistos agora — refletem o medo das elites de que povo e assembléia trabalhem juntos. Incompatibilizar a opinião pública com os constituintes pode preservar esses privilégios, mas condena a Assembléia ao imobilismo.

Nem me refiro ao programa decadente da Hebe Camargo ou a declarações incompreensíveis de parlamentares que confundem representação popular com um emprego e declaram que trabalham pouco e ganham demasiado. Falo do projeto político das elites brasileiras, que têm medo de mudanças e tentam afastar o povo da Constituinte. O objetivo é claro: se o povo brasileiro descrer perderemos legitimidade e força para promover as reformas profundas que a sociedade do século XXI requer.

Nesse quadro, o Regimento Interno configura a primeira batalha. Historicamente, os Regimentos Internos das Assembléias Constituintes trazem embutida a natureza da soberania. Em conseqüência, a Assembléia de 1987 não inova. Repete.

Discutir o Regimento Interno foi um dos debates mais célebres e historicamente mais significativos que se desenrolaram na Constituinte Francesa de 1791, gestora das repúblicas modernas. Por não suportar que os constituintes exercessem sua soberania o Imperador dissolveu a Assembléia de 1823. Voltaria a discussão sobre os limites da soberania em 1899, quando vozes conservadoras advertiam que "uma Assembléia onipotente só tem produzido na História calamidade".

Não era esse o entendimento do constituinte Zama, para quem era incomcebível "uma Constituinte com poderes limitados". Mas a maioria governista entendeu que a frase de Deodoro "entrego nas mãos deste Congresso os destinos da Nação" era um mero gesto de cortesia. Voltaria a Constituinte de 34 a ferir a questão, quando o seu presidente fez uma clara opção conservadora, ao não aceitar duas indicações do constituinte João Villas Boas, acoimado de "exorbitar dos fins para que foi convocada esta Assembléia Constituinte". A de 1946 também não escapou à dramática discussão da natureza da soberania, e os deputados comunistas, embora não tenham tido sucesso em modificar nenhum parágrafo da Constituição, deixaram registrado nos Anais o medo dos conservadores diante da possibilidade aberta de avanço democrático.

Quanto a nós, apenas iniciamos a trajetória histórica. Aumenta a nossa responsabilidade porque vivemos nos limites de uma revolução tecnológica que nos conduzirá a um novo realinhamento de forças na divisão internacional do trabalho e, portanto, do poder.

Defendo que o limite da nossa soberania é a correlação de forças que vai se travar no interior da Assembléia Constituinte, e no apoio que tivermos da sociedade civil. A memorável campanha das diretas já não refletia a composição francamente governista e subserviente aos governos militares dentro do Congresso. A força das diretas já veio da praça pública, de onde a grande imprensa deseja tão ardorosamente nos afastar.

A luta que vamos travar a partir de agora, com a discussão e votação do Regimento Interno, é precisamente a batalha da soberania. Há quem consulte a História para lembrar que, tal como a liberdade, a soberania não é um bem outorgado. É conquistado. Negociar os limites da soberania antes de arregimentar e medir forças é, no mínimo, capitular.

Vivemos um momento singular na história do País. Saímos de um período de transição indolor, em que democratas e arrivistas puseram-se em acordo negociado. A Assembléia Nacional Constituinte é o capítulo final da transição e deverá resgatar para o País a democracia.

Democracia, é bom lembrar, se faz com eleições, inclusive para presidente da República. Não será este o principal obstáculo que se coloca à discussão da soberania da Constituinte?

★ Cristina Tavares é deputada pelo PMDB de Pernambuco

2 Só o referendo dá legitimidade

CARLOS MOSCONI *

Em 1984, a emenda Dante de Oliveira despertou no povo brasileiro um incontido desejo de participação. A Nação inteira veio às ruas para ver a banda das diretas já, passar. Não houve quem não se mobilizasse naquele grande movimento suprapartidário para lutar, pacificamente, pelas mudanças.

A vontade popular, é verdade, foi derrotada pelo PDS no Congresso nacional, naquele fatídico 25 de abril. O PDS, por sua vez e, em conseqüência, quase acabou. Os últimos suspiros, que o mantêm vivo, decorrem do oxigênio fornecido pela situação econômica precaríssima em que nos encontramos e que, do seu governo, herdamos.

Tancredo capitalizou, mesmo através do colégio eleitoral, todas as aspirações do povo. O grande líder mineiro foi, sem dúvida, o ponto de convergência para onde fluíram, céleres, as esperanças da Nação. O povo então legitimou o colégio. E por sua salutar pressão, mesmo com minoria no Congresso, a eleição de Tancredo foi um passeio.

Estas reflexões são importantes quando analisamos a conveniência ou não da participação popular na Constituição.

Não se trata, evidentemente, de questionar a legitimidade de nossos mandatos de constituintes. Todos foram conquistados nas urnas. Nem todos com a mesma limpeza, é verdade. Os vícios da legislação eleitoral estão aí, visíveis, palpáveis, beneficiando máquinas eleitorais, esquemas financeiros, restringindo a atividade política quase sempre aos mais abonados. Desta realidade não podemos fugir.

Daí a indagação fundamental: a Constituinte, que todos reconhecemos legítima, possui a indispensável representatividade? As camadas sociais nela estão configuradas com um mínimo de proporcionalidade? A imensa maioria da população, formada pelos trabalhadores urbanos e rurais, se faz presente na Assembléia em valores quantitativos?

É óbvio que não.

Eis por que o referendo é indispensável. Esta Constituição, para ter a legitimidade que as outras não tiveram — e por isso tão efêmeras — tem que passar pelo crivo da opinião pública.

Não me parece que a consulta parcial seja a mais aconselhável. A fragmentação em tópicos a serem submetidos à análise popular, poderá fragmentar também sua legitimidade. Assim, aqueles pontos referendados terão fatalmente supremacia em relação aos demais. E como se tivéssemos uma Constituição, legítima apenas pela metade.

Por outro lado, não vejo desvantagens na consulta feita por inteiro. O fato em si, já seria positivo pelo interesse despertado na opinião pública, que no final seria chamada a se manifestar. É evidente que o envolvimento seria outro, aí sim, com grande participação de toda a sociedade no prosseguimento dos trabalhos, pressionando democraticamente a Constituinte na direção dos avanços exigidos pela Nação.

* Carlos Mosconi é deputado pelo PMDB de Minas Gerais